

Tarcísio Vanderlinde¹

**IMIGRAÇÃO ALEMÃ E CAMPESINATO
NO SUL DO BRASIL:
UMA DISCUSSÃO PREAMBULAR**

RESUMO: O presente artigo constitui-se num exercício preliminar de revisão bibliográfica que procura analisar o surgimento de um campesinato característico no Sul do Brasil. A discussão indica também que o campesinato no Brasil pode ser discutido a partir de outras manifestações igualmente presentes no país e que antecedem a vinda dos imigrantes europeus no século XIX. No período da implantação dos espaços coloniais no Sul do Brasil, a agricultura vinculada aos pequenos agricultores se afirma como um modelo tradicional de um modo de vida que se reproduz à medida que a fronteira agrícola vai se expandindo.

PALAVRAS-CHAVE: Colonos-camponeses; Imigração alemã; Contribuições.

ABSTRACT: The present article constitutes a preliminary exercise of bibliographic review whose goal is to analyze the arising of a characteristic peasantry in the south of Brazil. The discussion also indicates that the peasantry in Brazil can be discussed on the basis of other manifestations equally present in the country, which precede the coming of European immigrants in the 19th century. In the implantation period of colonial spaces in the South of Brazil, the agriculture linked to small farmers is consolidated as a traditional model of a lifestyle that is reproduced as the agricultural border expands.

KEYWORDS: Colonists-peasants; German immigration; Contributions.

Data de recebimento: 21/03/05. Data de aceite para publicação: 18/08/06.

¹ Geógrafo. Professor Adjunto do Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) – Campus de Mal. Cândido Rondon, PR. Endereço eletrônico: ebenezer@certto.com.br. O autor é membro do grupo de pesquisa “Cultura, Fronteira e Desenvolvimento Regional” (CNPq) — Linha de Pesquisa: “Identidades e Migrações”. A grande discussão vinculada a este assunto relaciona-se no tempo presente com pesquisa intitulada “Comunicação e complexidade: os sentidos da mobilidade do rádio estabelecida nas mediações discursivas no extremo Oeste do Paraná”.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo emerge de tese de doutorado relacionada à inserção mediadora da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) entre parcelas de pequenos agricultores no Sul do Brasil.² Constitui-se num exercício de revisão bibliográfica preliminar que procura analisar o surgimento de um campesinato característico no Sul do Brasil. O recorte reflexivo se dá a partir da óptica de alguns autores que estudaram a problemática da imigração associada ao surgimento do campesinato. A ênfase da reflexão, contudo, volta-se aos aspectos discutidos por Giralda Seyferth, que percebe a problemática numa visão culturalista e centra-se nas diversas contribuições dos imigrantes colonos-camponeses alemães. Esta é, portanto, a justificativa que norteia este exercício de reflexão.

Partes consideráveis desses imigrantes eram protestantes luteranos. Percebe-se no tempo presente que a contribuição desses imigrantes na formação social brasileira foi significativa, o que aponta para a pertinência da discussão no âmbito da pesquisa mencionada. A reflexão, porém, não ignora a possibilidade de abordar outras formas de campesinato no Brasil que antecederam os fluxos migratórios a partir da primeira metade do século XIX. Neste caso, como indicativos para outras pesquisas empíricas e bibliográficas que ainda poderão ser realizadas, poderão ser levadas em conta as contribuições reflexivas sistematizadas por Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva sobre as controvérsias relacionadas à história da agricultura brasileira. Na mesma discussão, Ciro Flamarion Cardoso indica, por exemplo, a existência de um protocampesinato nas Américas, fenômeno que também teria se manifestado no Brasil. O artigo se volta, no entanto, preferencialmente para as questões anteriormente apontadas.

2. IMIGRAÇÃO E EMERGÊNCIA DO CAMPESINATO NO BRASIL

Costuma-se colocar a fundação da colônia de Nova Friburgo (1818), Rio de Janeiro, como núcleo pioneiro da imigração européia para o Brasil. Trata-se de núcleo formado por imigrantes suíços e pode ser considerado o marco inicial dos fluxos migratórios desencadeados pela

² A tese — intitulada “Entre dois reinos: a inserção luterana entre os pequenos agricultores do Sul do Brasil” — foi defendida na Universidade Federal Fluminense em outubro de 2004.

política brasileira no século XIX. Giralda Seyferth destaca, no entanto, que o ponto de partida para o estabelecimento de imigrantes europeus no país relaciona-se ao decreto de 25 de novembro de 1808, assinado por D. João VI, que permitiu aos estrangeiros o acesso à propriedade de terra. Com o fracasso do estabelecimento de alemães na Bahia, no mesmo ano da fundação da colônia de Nova Friburgo, os fluxos passam a se dirigir para o Sul do país. O novo marco emblemático da imigração seria então a colônia de São Leopoldo (1824), fundada próxima a Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. É a partir dessa data que passa a ocorrer para a região, como também para Santa Catarina, um movimento mais constante de imigrantes alemães.

A intensificação da imigração, contudo, só vai acontecer após 1850, quando a responsabilidade da colonização é descentralizada e passa para os governos provinciais e para a iniciativa privada. Durante toda a segunda metade do século XIX fundaram-se no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Espírito Santo diversas colônias alemãs. A intensificação que se observa, principalmente após 1870, deve-se a imigrantes de outras nacionalidades que, juntamente com os alemães, se dirigiam para o Brasil. Além de outras nacionalidades, destacaram-se italianos, espanhóis e portugueses. O grande fluxo de imigrantes para o Brasil ocorreu entre 1888 e 1910, coincidindo com a abolição da escravatura e a implantação do regime republicano. Apesar da precariedade dos dados estatísticos, Seyferth indica que, de 1819 a 1947, entraram, no Brasil, 4.903.991 imigrantes, sendo que até 1880 havia predominância dos fluxos migratórios de alemães e portugueses (SEYFERTH, 1990: 09 -10).

Osmar Luiz Witt observa que, assim como a imigração atendeu a determinados objetivos fixados pelo governo imperial brasileiro, também a emigração, do ponto de vista dos interesses germânicos, serviu a causas definidas. O autor pesquisou a pregação itinerante no Sínodo Luterano Riograndense e percebe duas fases relacionadas à imigração alemã para o Brasil. A primeira, a partir de 1823/24, quando inexistia um Estado alemão unificado. A segunda, a partir da unificação da Alemanha, em que os interesses econômicos daquele país se voltavam para aqueles que, em busca de melhor sorte e atraídos pelas promessas dos agentes do governo brasileiro, abandonavam o país (WITT, 1996: 21-22).

Considerando a imigração alemã, ressalte-se sua procedência diversa em termos de regiões, o que atesta uma considerável heterogeneidade cultural se considerado apenas aquele grupo étnico. Desta forma, as colônias acabaram sendo formadas por alemães de

diversas localidades da Europa. Foi da região do Hunsrück, contudo, que veio o maior contingente de imigrantes camponeses para as colônias da região Sul do Brasil (GREGORY, 2000: 145).

Desconsiderando-se, neste artigo, as diferenças que marcaram a colonização entre o Sul e sudeste do Brasil, a pequena propriedade acabou por prevalecer na maior parte das áreas coloniais. De acordo com Seyferth, este sistema de colonização permitiu o desenvolvimento de uma sociedade camponesa diferente, que pouco mudou desde o século XIX. Em meio a este tipo de estrutura fundiária, boa parte dos núcleos coloniais originais transformou-se em pequenas e médias cidades, cuja atividade econômica mais importante é a industrial; cidades que também se diferenciam no plano espacial, organização social e na arquitetura que exibem (SEYFERTH, 1990:19).

Ressalte-se que nem todos os imigrantes alemães procedentes das diversas regiões européias tornaram-se proprietários de terras por ocasião de sua chegada. Muitos dos imigrantes eram artesãos, industriais, comerciantes e profissionais do meio urbano, bem como religiosos e professores. Gregory salienta que alguns deles permaneceram ou foram para as cidades, quer pela falta de infraestrutura nas colônias, quer pela não-adaptação às condições da vida rural e do trabalho agrícola no Brasil ou até por não ter tido experiência das lidas no campo (GREGORY, 2000: 145-146).

Os imigrantes em geral mantiveram alguma ligação com a cultura e sociedade de origem, por maiores que fossem as pressões no sentido da assimilação. Guardaram sempre alguma forma de identificação étnica, por mais que os laços com seus países de origem estivessem diluídos. Os fenômenos chamados pelos especialistas de “absorção”, “assimilação” e “aculturação” não impediam a persistência do componente étnico da identidade social dos descendentes de imigrantes, por mais que estes estivessem integrados à nova sociedade. Para a maioria deles, a identidade étnica é relevante, e indivíduos com a mesma origem tendiam a formar grupos étnicos mais ou menos organizados. Pode-se, no entanto, falar em assimilação e aculturação, no sentido de que as culturas originais dos imigrantes iam se transformando no contato com a sociedade brasileira ou que certos valores ideológicos iam desaparecendo (SEYFERTH, 1990: 79).

Ressalte-se que a imigração e a colonização alemã no Brasil teve importante papel no processo de diversificação da agricultura, urbanização das cidades, industrialização e cultura. Na esfera da religião, elemento central da vida das comunidades de imigrantes, constata-se que muitos padres, pastores e religiosos são descendentes

de alemães³. Ao destacar a representação do comunitário entre luteranos no oeste do Paraná, antes da modernização agrícola, Erneldo Schallenberger e Sílvio Antônio Colognese observam que há uma interferência muito forte da religião no meio social. Segundo os autores, estas interferências atuam como mediações que regulam comportamentos, que normalizam ações, que aproximam o ideal, representado simbolicamente por códigos permeados de conteúdo religioso, do cotidiano vivenciado pelos indivíduos e pelas comunidades (SCHALLENBERGER; COLOGNESE, 1994: 58). A vida cultural e hábitos alimentares dos imigrantes alemães também influenciaram, de diversas formas, a sociedade brasileira.

Ao discutir as formas de abastecimento do mercado interno durante a fase colonial brasileira, Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva destacam a contribuição da “brecha camponesa” na constituição de um protocampesinato na colônia.⁴ Além da brecha, é também percebido terem existido lavradores diretamente subordinados aos senhores de engenho, além dos pequenos produtores do agreste. De acordo com os autores, a brecha camponesa, porém, não era a única forma de produção de alimentos na colônia. À margem do latifúndio, existia todo um segmento de produtores profundamente vinculados a este, e que deveriam atender a suas necessidades não apenas como meio de conseguir a renda de que necessitavam, mas também, de garantir a normalidade de uma relação de subordinação pontilhada de tensões. Outro segmento responsável pela produção de

³ De acordo com Seyferth, a organização comunitária esteve sempre muito ligada às atividades religiosas, sejam elas católicas ou protestantes. A autora informa que um colono fazendo às vezes de padre (padre leigo) foi personagem comum entre os imigrantes católicos, da mesma forma, o pastor protestante foi precedido em muitas colônias por um leigo que assumia a liderança da comunidade religiosa (SEYFERTH, 1990: 51-52).

⁴ A “brecha camponesa” é discutida por Ciro Flamarion Cardoso e relaciona-se à concepção de um protocampesinato no Brasil durante o período colonial. Neste caso a escravidão não vigia como relação de trabalho única e absoluta durante o período colonial nas Américas. O autor defende que, mesmo antes da colonização brasileira, os portugueses já haviam estabelecido em outras colônias, como a ilha de São Tomé, uma forma de mão-de-obra mista entre a escravidão e o campesinato. Nesse caso, o escravo possuía pequenas cotas de terras próprias, que podia cultivar uma vez por semana e cuja produção lhe pertencia, podia vendê-la no mercado e, assim, arrecadar dinheiro necessário para comprar sua carta de alforria (CARDOSO, 1987). Um dos teóricos que contesta as concepções de Ciro Flamarion Cardoso é Jacob Gorender. Segundo ele, um conceito como “brecha camponesa”, constitui um erro teórico, pois não existiria brecha alguma, nem existiria um setor distinto da *plantation*: quando o escravo cultivava seu lote, estava submetido às mesmas relações de produção e ao mesmo dono, tal como, por exemplo, ao trabalhar nos canaviais (GORENDER, 1991).

alimentos apontado pelos autores era constituído de pequenos produtores, muitas vezes posseiros, que formavam uma ampla franja demográfica na região do agreste e mesmo no sertão nordestino (LINHARES; SILVA, 1981: 134-135).

Linhares e Silva, na trilha de estudos realizados por Ciro Flamarion Cardoso, procuram demonstrar a existência de indícios de uma prática camponesa dentro do sistema escravista. Os autores observam que esta prática não estaria confinada a momentos restritos e esporádicos ou a conjunturas específicas, embora devesse ser minimizada quando a unidade produtora voltada para um produto preponderante, destinado à exportação, atravessava fase de expansão no mercado internacional, suposição que, de acordo com os próprios autores, carece de comprovação. De qualquer forma, na pequena e média propriedade, a prática camponesa deve ter-se desenvolvido como atividade de subsistência, produzindo algum excedente, tanto para a propriedade monocultora, quanto para os centros urbanos. Com tal conclusão, os autores ressaltam que a situação se opõe, “radicalmente”, a toda uma tradição historiográfica brasileira que procura ver as formas de vida camponesas como um elemento novo na paisagem brasileira. Neste caso, o país, constituído a partir do latifúndio escravista, não teria conhecido a pequena produção familiar no campo e não haveria, portanto, sentido em se falar em camponês no contexto.

Para os historiadores que concordam com esta tradição, o segmento camponês só faria seu aparecimento na sociedade brasileira por volta de 1850, com a chegada dos colonos europeus. Diante dessa argumentação e considerando os indícios de uma prática camponesa anterior ao período da chegada dos colonos europeus, Linhares e Silva apontam um “novo caminho” e ressaltam a necessidade de serem realizadas ainda um sem-número de verificações empíricas relacionadas ao assunto (LINHARES; SILVA, 1981:133-136).

A intenção não é avançar nesta discussão no presente artigo, o que não significa concluir que ela não seja pertinente. Ela poderá ser feita em outro momento. Sem desconsiderar, portanto, que uma discussão sobre campesinato possa se realizar antes da chegada dos colonos europeus no século XIX, o objetivo, neste instante, é analisar a figura do colono-camponês e a sua relação com a pequena propriedade, mais especificamente no Sul do Brasil. A discussão parte do advento das migrações para o Brasil no século XIX e tal recorte se relaciona à pesquisa comentada na introdução do artigo.

3. O COLONO-CAMPONÊS DO SUL DO BRASIL

De acordo com estudos realizados por Giralda Seyferth, o processo de colonização com imigrantes estrangeiros foi bastante complexo e variou de uma região para outra. O resultado mais significativo da colonização, contudo, estaria ligado à formação de uma sociedade rural diferente da sociedade rural brasileira tradicional, onde, segundo a autora, não havia lugar para o pequeno proprietário. O que de fato teria ocorrido no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, parte de São Paulo, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul foi a formação de uma sociedade camponesa, cuja base fundiária é a pequena propriedade policultora trabalhada pela família do proprietário; camponeses que mantêm um estilo de vida próprio, um modo de vida específico que resiste às transformações ocorridas desde o século XIX. Seyferth destaca que, ao se utilizarem dos termos “camponês” e “sociedade camponesa”, os autores que tratam desse tema o fazem partindo de sua especificidade econômica, considerando a economia camponesa como um sistema econômico de significado próprio, tendo como unidade básica a fazenda camponesa tomada como um todo. E, apesar de se colocar em primeiro plano as questões relacionadas a uma “economia camponesa”, a palavra “camponês”, numa reflexão mais ampla, é também utilizada para identificar uma estrutura social e um *ethos* específicos. Neste caso, na reflexão desenvolvida pela autora, os colonos são caracterizados por camponeses dentro de uma orientação teórica mais geral (SEYFERTH, 1990: 21).

Acompanhando os vales dos rios, os colonos se distribuíam em lotes de 25 hectares em média. Uma picada principal aberta na floresta, interceptada por “travessões”, servia como ponto de partida para a demarcação dos lotes. Lotes e pequenos povoados formavam uma teia que aos poucos foi ocupando as áreas de florestas do Sul do Brasil. Mesmo caracterizado como um povoamento disperso, a forma como os lotes foram demarcados permitiu uma aproximação das casas dos colonos. A pequena propriedade foi assumida, realmente, como a unidade básica de todo o sistema colonial e é marca fundamental deste campesinato de origem européia. A expansão colonial em terras de floresta desprezadas pelos latifúndios, e por isso mesmo aproveitadas para a colonização, permitiu a constituição de uma sociedade camponesa com características próprias. Os povoados que se formaram nas áreas coloniais concentram, na prática, atividades tradicionais da aldeia camponesa, mas a unidade econômica social básica do sistema não é o povoado, nem mesmo as vilas ou cidades maiores que se desenvolveram a partir dos núcleos coloniais mais significativos.

De acordo com Seyferth, a pequena propriedade policultora, na qual o trabalho agrícola é realizado pela família, constitui a peça fundamental, tanto no período pioneiro da colonização como no tempo presente (SEYFERTH, 1990: 22-24).

Algo que merece ser destacado na caracterização dessa sociedade camponesa é o termo “colônia”. Seyferth explica que o termo designa tanto uma região colonizada ou área colonial demarcada pelo governo em terras devolutas, como também é sinônimo de rural. A área rural de um município é chamada de colônia e seus habitantes são colonos, categoria que sobreviveu ao longo do tempo e que designa o camponês. Por outro lado, o termo “colônia” também é utilizado para designar a propriedade agrícola do colono. A autora ressalta que o fato de existir a mesma denominação para a propriedade rural e para a área rural como um todo é carregado de significado. A “colônia” – pequena propriedade é concebida como um microcosmo auto-suficiente na visão dos imigrantes e seus descendentes. Algo que precisa evidentemente ser relativizado se consideradas as leis de mercado. Quanto à demarcação dos espaços dentro do lote colonial, Seyferth destaca que estes espaços refletem a atividade múltipla da família camponesa.

A policultura, associada à criação de pequenos animais domésticos, prevalece apesar das pressões no sentido de uma agricultura comercial. Embora um colono do Vale do Itajaí, por exemplo, plante fumo, e assim o faz com o propósito de obter lucro, mantém o cultivo de outras plantas, inclusive uma horta, para consumo de sua família, e, eventualmente, até para comercializar. E continua criando alguns animais domésticos. Não se torna monocultor, por mais que o preço da venda do fumo possa compensar o trabalho. O que está em jogo aqui não é a falta de capacidade “empresarial” ou o desprezo pelo lucro, mas um *ethos* camponês específico do colono que determina suas ações como “empresário” agrícola. Um *ethos* que tem como base justamente a colônia como um microcosmo que deve ser, na medida do possível, auto-suficiente (SEYFERTH, 1990: 22-26).

Com relação à família camponesa das regiões coloniais, Seyferth esclarece que não há uma família nuclear característica, podendo conviver três gerações: os pais, um dos filhos casados e sua prole na mesma colônia ou pequena propriedade familiar. Permanecem também aí os celibatários (quase sempre mulheres). De acordo com Seyferth, esta é a família camponesa tipicamente européia, que não mudou muito desde o século XIX. Tem características fortemente patriarcais, pois a autoridade do pai é indiscutível, principalmente quando dispõe sobre a economia doméstica e a herança da terra. Os filhos até o casamento

estão sujeitos à autoridade paterna, que deriva do fato de ser o pai o proprietário legal das terras e a pessoa que disporá sobre as formas de transmissão do patrimônio. Dentro do contexto da auto-suficiência, a família do colono é o grupo de produção da colônia, na qual cada um dos seus membros possui atribuições específicas e gerais, mas, desde os sete ou oito anos até a velhice, todos trabalham. Outra característica que pode ser considerada como fundamental do *ethos* camponês é o auxílio mútuo que se desencadeia com a vizinhança. O auxílio pode ser em caso de doença, quando então os parentes próximos ou vizinhos auxiliam nas tarefas da roça. A construção da moradia para alguém que vai casar, de uma escola comunitária, de uma capela, consertos de estradas, o abate de animais domésticos costumam envolver parentes, amigos e vizinhos em mutirão (SEYFERTH, 1990: 28-31).

Estas características podem ser consideradas como uma das marcas fortes do campesinato que se desenvolveu no Sul do Brasil. Inúmeras foram as atividades associativistas que se desenvolveram desde o início do século passado e continuam sendo marca dos colonos, descendentes dos imigrantes alemães, ainda no tempo presente (SCHALLENBERGER, 2001).

Como já se afirmou neste artigo, a exploração agrícola dos colonos se caracterizou pela policultura e pelo trabalho familiar. Ressalte-se, no entanto, que a colônia, enquanto unidade mínima do sistema, representa um simbiose de elementos brasileiros, alemães e italianos, que resultou numa organização econômica e social diferente, tanto da que se conhecia na Europa, como da que se encontrara no Brasil. Estes colonos se diferenciam dos caboclos, caipiras, roceiros e outras categorias do mundo rural brasileiro. Seyferth destaca, porém, que a diferença deste camponês se situa mais no plano da organização social da comunidade rural e da ocupação do espaço do que nas técnicas agrícolas empregadas e no que é plantado⁵.

No que se refere à alimentação da família do camponês, houve uma adaptação dos hábitos dos colonos às condições e cultivos da região, da qual a utilização do aipim (mandioca) e do milho podem ser considerados como exemplares. Ao mesmo tempo, difundiram hábitos alimentares característicos dos seus países de origem e aceitaram outros, típicos do Brasil. Seyferth destaca que a variedade dos produtos cultivados, somada à dos tipos de criação e produtos dela derivados, dá

⁵ Ressalte-se que a técnica agrícola básica empregada desde os primórdios da colonização é a da derrubada-queimada, seguida do plantio que emprega basicamente a enxada. A queimada (coivara) é herança indígena recebida por meio do caboclo. A coivara foi associada à rotação de terras, para evitar seu esgotamento a curto prazo.

à colônia uma “quase” auto-suficiência alimentar. O lucro dos excedentes, vendidos exclusivamente para o comércio, é utilizado na reposição de equipamentos agrícolas, roupas, melhoramento da casa, estábulos, cercas, eventualmente para comprar terra ou casa para os filhos (SEYFERTH, 1990: 35).

Ao analisar as relações da sociedade colonial com a industrialização, no Rio Grande do Sul, Sérgio Schneider observa que a sociedade colonial formada pelos imigrantes manteve seu modo de vida peculiar relativamente fechado durante mais de um século, vindo a ser desarticulado, ou impactado, somente a partir de meados da década de 1950. A expansão da fronteira agrícola, inicialmente no Rio Grande do Sul, e, posteriormente, sobretudo em Santa Catarina e Paraná, auxiliou os colonos a manterem seu modo de vida. Considerando estudos de Jean Roche e Leo Waibel, apontados como dois dos maiores estudiosos do processo de colonização e imigração alemã, constata que o sistema produtivo colonial foi um dos principais elementos de perpetuação do caráter relativamente autárquico dessa sociedade (reforçado pelas intensas relações de parentesco e religiosidade), permitindo que sua reprodução ocorresse na medida em que era possível expandir a zona pioneira (SCHNEIDER, 1999: 21-22).

Schneider concorda com outros pesquisadores da área com relação ao fato de que, na atualidade, o modo de vida colonial deixou de existir em sua plenitude, mas que algumas características de sua sociabilidade passam por uma revitalização, metamorfoseando-se em um novo ambiente social e econômico, em que atividades não mais exclusivamente relacionadas à terra podem também estar presentes (SCHNEIDER, 1999: 191). Essa metamorfose, que traz em seu bojo a pluriatividade como uma característica da reprodução do camponês, de longa data, incluindo recentemente a expressão “agricultura familiar”, é avaliada por Maria de Nazareth Baudel Wanderley, que considera ser, precisamente, a família agrícola depositária de uma cultura cuja reprodução é necessária para a dinamização técnico-econômica.

Ao mesmo tempo, essa nova concepção (agricultura familiar) supõe um processo de substituição da ênfase na responsabilidade individual do agricultor pelo envolvimento do conjunto familiar. A Família rural permanece, portanto, como um dos elementos centrais desse processo. Com efeito, parcela significativa da diversificação econômica e da pluriatividade tem origem nas famílias agrícolas. Além disso, o ‘lugar’ da família, isto é, o

patrimônio fundiário familiar, constitui um elemento de referência e de convergência da família, que deve ser reconhecido, sobretudo em um processo que valoriza a identidade territorial. Finalmente, as famílias agrícolas são depositárias de uma cultura cuja reprodução é necessária para a dinamização técnico-econômica, ambiental e sociocultural em um processo de desenvolvimento rural” (WANDERLEY, 1999: 09).

As considerações levantadas por Wanderley parecem tangenciar um aspecto fundamental da família camponesa descendente dos imigrantes alemães no Sul do Brasil no que tange à sua contribuição na formação da sociedade brasileira. Gregory ressalta que a contribuição alemã neste particular pode ser considerada como exemplar em alguns aspectos. Foi o principal fluxo migratório que predominou até a década de 70 do século XIX. As questões que envolvem o idioma, a escola e a religião revelam forte resistência e marca da diferença, uma vez que o alemão continua sendo falado, a religião protestante está presente em grande parte do território brasileiro e a escola e a imprensa alemãs contribuíram nos índices de alfabetização e de difusão de hábitos de leitura. Gregory conclui que a formação de um campesinato típico, com forte herança da Europa Central e significativa contribuição na agricultura familiar no Brasil, é responsável pela criação de determinados animais e pelo cultivo de produtos agrícolas, a exemplo da suinocultura e da triticultura, e pela estruturação de uma forte agroindústria cooperativa e privada (GREGORY, 2000: 157).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que se concorde que formas de campesinato no Brasil possam ter ocorridas anteriormente aos fluxos migratórios que começam a acontecer da Europa em direção ao país na primeira metade do século XIX, não se pode ignorar que, na Região Sul, acabou se formando um campesinato com características peculiares, características que trouxeram diversas contribuições no processo de formação da sociedade brasileira.

Como esta região, a partir dos anos 20 do século XIX, recebeu um grande número de imigrantes que vieram de diversos lugares da Europa, acabaram estes criando um jeito de viver que se parecia mais com sua cultura, herdada de longa data, mas que também foi muito modificada. O artigo teve como alvo os imigrantes camponeses alemães. E, desde que estes imigrantes chegaram ao Brasil ainda no início do

século XIX, foram adquirindo novos hábitos no amálgama com outras etnias que encontraram pela frente. Assim também foi com os italianos e com todas as outras minorias étnicas que escolheram ou foram induzidas a escolher o Brasil para viver.

Como vimos no texto, os estudiosos do mundo agrário concordam com o fato de que, na atualidade, o modo de vida colonial deixou de existir em sua plenitude, mas algumas características de sua sociabilidade ainda podem ser percebidas no tempo presente. Este modo de vida colonial incorpora outras atividades que podem não estar mais diretamente relacionadas à terra, mas que indicam a manutenção de um estilo de vida da histórica colônia. É possível falar, portanto, de uma família agrícola remanescente, que continua sendo uma espécie de território familiar, um lugar de vida e de trabalho capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores.

Numa concepção teórica que aponta para os estudos sobre campesinato desenvolvidos por Alexander Chayanov, é possível concluir que a “modernidade” interfere nas condições do lugar que guarda a memória da família. No entanto, a família do colono parece encontrar meios para continuar mantendo sua identidade (CHAYANOV, 1974). É interessante verificar que, mesmo em assentamentos agrícolas do tempo presente, famílias de procedência diversa são capazes de recriar um “jeito de colono-camponês” que, em muitos casos, desafia interesses políticos e agências mediadoras. Neste caso, vale destacar que, mesmo diante de condições adversas, a “cultura camponesa” não desaparece, mas se revitaliza sob formas diversas. É possível falar aí de uma “campesinidade” que resiste e se recria no tempo presente. Família, trabalho e terra parecem ser elementos essenciais nesta discussão e que apontam para um *habitus* específico que permanece na longa duração da história.

Programações radiofônicas em língua alemã não são raridades em muitas cidades do Sul do Brasil. Estas programações indicam a manutenção ou mesmo recriação de laços com os antigos imigrantes ou seus descendentes. Mas existem outros exemplos. Festas consideradas “típicas” e grupos folclóricos mantêm-se, mesmo que a finalidade de sua reinvenção às vezes se relacione mais a propósitos turísticos ou mesmo políticos.

Com relação a um campesinato típico que emerge no Sul do país a partir do advento das migrações alemães do início do século XIX, vale destacar que o imigrante, colono-camponês que veio da Europa, acabou criando um modo de vida peculiar vinculado a uma pequena propriedade. Esta propriedade, viabilizada pelo trabalho familiar, não só concedeu, mas ainda concede sobrevivência e sustentabilidade

econômica à família deste colono. Mas é também a célula que dá sustentação à vida comunitária em todos os sentidos. Seja nas atividades religiosas, no lazer ou em iniciativas diversas. A pequena propriedade é o lugar em que por décadas se articulam os sonhos da família. É onde se faz a provisão para dias difíceis, mas, também, para a manutenção de um estilo peculiar de vida.

5. REFERÊNCIAS

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1991.

GREGORY, Valdir. “Imigração alemã: formação de uma comunidade teuto-brasileira”. In: IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informação. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SCHALLENBERGER, Erneldo; COLOGNESE, Silvio Antônio. **Migrações e comunidades cristãs: o modo de ser evangélico-luterano no oeste do Paraná**. Toledo: Editora Toledo, 1994.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “Prefácio”. In: SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

WITT, Luiz Osmar. **Igreja na migração e colonização: a pregação itinerante no Sínodo Rio-Grandense**. São Leopoldo: Sinodal, 1996.

